



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

A C Ó R D Ã O Nº1077

Feito : Processo Nº2444/94-TCE/ACRE

Relator: Conselheiro MARCILIANO REIS FLEMING

Assunto: Prestação de Contas do Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa do Estado do Acre - CEAG/ACRE, exercício de 1993.

Prestação de Contas do CEAG/ACRE, exercício de 1993.

Contratos, Convênios, Inspeções e Auditoragem em tramitação na Corte.

Arquivamento do feito.

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo Nº2444/94, acima indicado, **A C O R D A M** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, por maioria, com o voto de desempate da Presidência, acolher o voto do Conselheiro José Eugênio de Leão Braga, parte integrante deste aresto, para considerar regular, com ressalvas, a Prestação de Contas, do CEAG/ACRE, exercício de 1993, de responsabilidade dos senhores Antonio Aquino Lopes, Ariosto Pires Migueis e Ulisses D'Ávila Modesto, valendo como ressalvas os processos que envolvam auditoragem, inspeções, contratos e convênios em tramitação ou que vierem a tramitar nesta Corte de Contas e pelo arquivamento do feito. Vencidos, os Conselheiros Relator e Alcides Dutra de Lima. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Hélio Saraiva de Freitas, Presidente e Isnard Bastos Barbosa Leite.....

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre.

Rio Branco, 26 de março de 1995.

Cons. VALMIR GOMES RIBEIRO
Presidente, em exercício

Cons. MARCILIANO REIS FLEMING
Relator

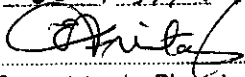
Cons. JOSÉ EUGENIO DE LEÃO BRAGA
Voto Vencedor

Fui presente:

FERNANDO DE OLIVEIRA CONDE
Procurador-Chefe do M.P.E.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

Este documento foi publicado no
DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO N.º 6529
de 09 / 05 / 1995 6.05.


Secretário do Plenário



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

PROCESSO Nº 2444/94.

RELATOR: CONSELHEIRO MARCILIANO REIS FLEMING.

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO CENTRO DE APOIO À PEQUENA E MÉDIA EMPRESA DO ESTADO DO ACRE - CEAG/AC, EXERCÍCIO DE 1993.

RELATÓRIO.

Trata o feito, ora relatado, da análise e inspeção documental da Prestação de Contas do CEAG/ACRE, referente ao exercício de 1993.

Os trabalhos de exames estiveram a cargo da 3ª IGCE, que após concluí-los elaborou Relatório e o fez acostar aos autos, constituindo as fls. 217 a 220, no qual oferece integral projeção de toda a administração orçamentária, financeira e patrimonial da Empresa com demonstrativos completos da receita e da despesa durante o período.

Ao final dos trabalhos e após a verificação da inexistência de quaisquer irregularidades capazes de comprometer a referida Prestação de Contas, o Técnico encarregado fez consignar no processo que: "não detectamos desvios de recursos financeiros que pudessem acarretar prejuízos para o Erário Estadual". Finalizou por recomendar a aprovação, como regular, da Prestação de Contas/93 da empresa inspecionada.

Com vistas ao Ministério Público Especial, o Órgão salientou a não existência de atos dolosos que viessem acarretar


Marciliano Reis Fleming
Conselheiro Relator



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

prejuízos aos cofres do Estado e, diante do exposto, opinou pela regularidade e aprovação da referida Prestação de Contas.

É o Relatório.

Rio Branco-AC, 06 de março de 1995.


Marcellino Reis Fleming
Conselheiro-Relator



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

PROCESSO Nº 2444/94

RELATOR: CONSELHEIRO MARCILIANO REIS FLEMING

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO CENTRO DE APOIO À PEQUENA E MÉDIA EMPRESA DO ESTADO DO ACRE - CEAG/ACRE, EXERCÍCIO DE 1993.

VOTO

Permita-me, nobre Conselheiro Marciliano Reis Fleming, divergir do seu voto.

O feito denuncia a presença de contratos de prestação de serviços atuados à parte.

Isto posto, voto considerando **regular com ressalvas** a Prestação de Contas do Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa do Estado do Acre - CEAG/ACRE, exercício de 1993, de responsabilidade dos senhores Antônio Aquino Lopes, Ariosto Pires Miguéis e Ulisses d'Ávila Modesto, valendo como ressalvas os processos que envolvam auditoria, inspeção, contratos e convênios em tramitação ou que vierem a tramitar nesta Corte de Contas e pelo arquivamento do processo.

É como voto.

Rio Branco, 23 de março de 1995.

José Eugênio de Leão Braga
Conselheiro